



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Técnico de Controle Externo
Tecnologia da Informação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

A arte de procrastinar

Procrastinar, segundo o "Houaiss", é "transferir para outro dia ou deixar para depois; adiar, delongar, postergar, prostrar". Mas o que sabem os dicionários? Bichos afoitos, na ânsia de engolir o mundo, mal têm tempo de mastigar cada palavra, de extrair delas todo o sabor e os nutrientes, de modo que a definição acima diz tanto sobre a complexa arte da embromação quanto "forma de interação psicológica ou psicobiológica entre pessoas, seja por afinidade imanente, seja por formalidade social" explica o "amor".

Percebo, porém, que divago. Em vez de encarar o dever proposto no título e falar sobre a procrastinação, a pratico: passeio por enfadonhos arrabaldes, perco-me nas borradas fronteiras da linguagem e do coração. Tudo bem, não há razão para me afligir, pois as crônicas são redondas como a Terra, e às vezes é indo para trás que chegamos ali na frente. Se o parágrafo anterior fugiu à teoria, serve ao menos como demonstração prática do que entendo por procrastinar: adiar alguma obrigação chata arrumando outra atividade igualmente tediosa para pôr em seu lugar.

Veja, caro leitor: ir ao cinema em vez de trabalhar não é procrastinação. É vagabundagem, no melhor sentido do termo. Já abrir o site do banco e ficar digitando a infinita sequência numérica do código de barras de uma conta de luz que só vence no fim de junho, quando se está cheio de trabalho para amanhã, eis o mais nítido retrato da procrastinação. Pois essa praga dispersiva é filha de Deus com o Diabo, é um pecado que já vem com penitência. O procrastinador só se permite gozar o adiamento do trabalho maltratando-se no interlúdio. Troca-se de aborrecimento, mais do que dele se desvia; eis como o saci da procrastinação oculta sua presença e sarrupia nosso tempo, nossa vida.

A procrastinação é um mal, meus caros, não por arrancar-nos do trabalho, mas por nos grilar o ócio. Não é aferrando-me à labuta, portanto, que pretendo combater este vício, mas buscando forças para me entregar totalmente à lassidão.

(Antonio Prata, **Folha de S. Paulo**, 30/05/2012)

1. Quanto à estruturação que dá ao texto, é correto afirmar que o autor, no
 - (A) primeiro parágrafo, apresenta o sentido ambíguo do verbo **procrastinar** e enumera outros flagrantes deslizes do dicionarista Houaiss.
 - (B) segundo parágrafo, considera o rumo hesitante de sua crônica e segue ilustrando o que seja, de fato, uma **procrastinação**.
 - (C) terceiro parágrafo, dedica-se a conceituar as diferenças que existem entre as várias acepções corretas do que seja uma **procrastinação**.
 - (D) último parágrafo, denuncia o que há de nocivo na prática da **procrastinação**, pois esta nos leva à acomodação.
 - (E) conjunto da crônica, apoia-se numa interpretação subjetiva do verbo **procrastinar**, atribuindo-lhe o mesmo valor que **derrogar**.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor refere-se ao verbete "amor" (1º parágrafo) para exemplificar uma acepção apropriada de um vocábulo, contrapondo-a à do verbete "**procrastinar**".
- II. O adiamento da definição do que seja **procrastinar** (2º parágrafo) é um hábil expediente utilizado com humor pelo cronista.
- III. Quem vive a **procrastinar** as tarefas ingratas está interessado, segundo o autor, em extrair o máximo prazer de uma plena vagabundagem.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) III.

3. Para o autor, *ir ao cinema em vez de trabalhar* exemplifica o que dispõe esta passagem do texto:

- (A) *A procrastinação é um mal.*
- (B) *eis o mais nítido retrato da procrastinação.*
- (C) *me entregar totalmente à lassidão.*
- (D) *Troca-se de aborrecimento, mais do que dele se desvia.*
- (E) *gozar o adiamento do trabalho maltratando-se no interlúdio.*

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *Bichos afoitos, na ânsia de engolir o mundo* (1º parágrafo) = animais pressurosos, no afã de postergar tudo
- (B) *a complexa arte da embromação* (1º parágrafo) = o engenhoso artifício da divagação
- (C) *passeio por enfadonhos arrabaldes* (2º parágrafo) = espareço em oportunos desvios
- (D) *eis o mais nítido retrato da procrastinação* (3º parágrafo) = tal é o esboço pretendido dessa defasagem
- (E) *aferrando-me à labuta* (4º parágrafo) = entregando-me à lida



5. A afirmação de que *a procrastinação é um pecado que já vem com penitência* deve-se ao fato de que, para o autor, aquele que procrastina
- (A) incorre num vício cuja prática inclui a sanção que lhe cabe.
- (B) acaba por se vangloriar de um prazer que jamais experimentou.
- (C) imagina servir ao Diabo, quando está sendo ungido por Deus.
- (D) lastima-se por ser castigado apenas por ter obtido prazer.
- (E) se nutre da convicção de que trabalho adiado é trabalho dobrado.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na construção da frase:
- (A) Não se devem àqueles que procrastinam suas tarefas nenhum respeito, pois jamais se importam com os prejuízos que acabam por acarretar a terceiros.
- (B) Qualquer consulta a quaisquer verbetes de quaisquer dicionários precisam levar em conta a dificuldade de se aclararem o sentido de um vocábulo sem o amparo de um contexto.
- (C) O fato de ensejarem as crônicas uma grande liberdade no rumo que lhes traçam os cronistas permite ao autor associá-las à circularidade e à dinâmica da Terra.
- (D) O autor sustenta a ideia de que mais vale, ao se adiar um trabalho, os prazeres da vagabundagem do que as recompensas da simples procrastinação.
- (E) Não cabem aos simplórios procrastinadores o prazer tão especial de quem adia uma tarefa tediosa apenas para desfrutar criativamente de um ócio verdadeiro.
-
7. *A procrastinação é um mal, meus caros, não por arrancarnos do trabalho, mas por nos grilar o ócio.*
- A clareza e o sentido da frase acima ficarão preservados caso se substitua o segmento sublinhado por:
- (A) nem tanto por suprimir nosso trabalho quanto por impedir que nos culpemos.
- (B) pois ao invés de condenar o nosso ócio acaba por maldizer o trabalho que evitamos.
- (C) uma vez que tão vicioso quanto adiar um trabalho é torná-lo equivalente ao prazer do ócio.
- (D) por impedir o prazer que nos advém da ociosidade e não por nos afastar de nossa tarefa.
- (E) menos por perturbar o nosso ócio do que por nos tornar culpados pelo trabalho postergado.
-
8. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Mesmo que o autor admitisse algum prazer na procrastinação, não teremos por que considerar que todo adiamento fosse prazeroso.
- (B) Caso o autor viesse a encontrar pleno prazer na simples procrastinação, talvez se valesse disso para não escrever a crônica.
- (C) Depreende-se que o autor não sentisse desprazer ao escrever uma crônica na qual trata, justamente, do desfrute da vagabundagem.
- (D) Quem vier a procrastinar uma tarefa ingrata haveria de levar em conta a possibilidade de que achara algum prazer no ócio.
- (E) Somente haveremos de ter algum prazer no adiamento de um trabalho quando este tivesse sido substituído por um ócio verdadeiro.
-
9. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) O cronista, já no início do texto, deixa claro que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
- (B) O cronista já no início do texto, deixa claro que, o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que somente o uso vivo, dos vocábulos, é capaz de contemplar.
- (C) O cronista, já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente, o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
- (D) O cronista já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem, os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente o uso vivo dos vocábulos, é capaz de contemplar.
- (E) O cronista já no início, do texto, deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado, em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **O autor admite que cultiva as vagabundagens deleitosas**, a forma verbal resultante será:
- (A) terá admitido cultivar.
- (B) tem admitido que fossem cultivadas.
- (C) está admitindo que fossem cultivadas.
- (D) admite que tenha cultivado.
- (E) admite que são cultivadas.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte, que trata das impressões recolhidas, **em 1900**, pelo político, diplomata e historiador brasileiro Joaquim Nabuco, acerca de uma viagem que acabara de fazer aos Estados Unidos.

Traços americanos

Para o engenheiro, para o inventor, para o arquiteto, para todo economizador de tempo e trabalho, para quem admira acima de tudo o gênio industrial deste século, os melhoramentos que ele tem introduzido na ferramenta humana, os Estados Unidos são de uma extremidade a outra um país para se visitar e conhecer. É ele, talvez, o país onde melhor se pode estudar a civilização material, onde o poder dinâmico ao serviço do homem parece maior e ao alcance de qualquer um. Em certo sentido, pode-se dizer dele que é uma torre de Babel bem-sucedida. Na ordem intelectual e moral, porém, os Estados Unidos não têm o que mostrar, e certa ordem de cultura, quase toda cultura superior não precisa, para ser perfeita e completa, de adquirir nenhum contingente americano.

Da política, a impressão geral que tive e conservo é a de uma luta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo e a honestidade de processos que tornam na Inglaterra, por exemplo, a carreira política aceitável e mesmo simpática aos espíritos mais distintos. O que caracteriza essa luta é a crueza da publicidade a que todos os que entram nela estão expostos. Para a reportagem não existe linha divisória entre a vida pública e a privada. O adversário está sujeito a uma investigação sem limites e sem escrúpulos. Se um candidato à Presidência tiver tido na mocidade a menor aventura, terá o desgosto de vê-la fotografada, apregoada nas ruas, colorida em cartazes, cantada nos musicais.

O efeito de tal sistema pode ser moralizar a vida privada, pelo menos a dos que pretendem entrar para a política, se há moralidade no terror causado por uma dessas formidáveis denúncias, que os franceses chamam de chantagem. A vida política, porém, ele não tem moralizado. A consciência pública americana é muito inferior à privada, a moral do Estado é muito inferior à moral da família. As investigações da vida privada encontram em toda parte a unidade do sentimento e da educação religiosa do país para ecoá-las.

(Joaquim Nabuco, **Minha formação**)

11. Entre os traços americanos apontados no texto por Joaquim Nabuco encontram-se estes três:

- (A) melhoramentos na ferramenta humana, cultura superior e elevação de patriotismo.
- (B) gênio industrial, honestidade de processos e crueza da publicidade.
- (C) poder dinâmico ao serviço do homem, carreira política aceitável e não existe linha divisória entre a vida pública e a privada.
- (D) crueza da publicidade, investigação sem limites e a moral do Estado é muito inferior à moral da família.
- (E) elevação de patriotismo, investigação sem limites e não existe linha divisória entre a vida pública e a privada.

12. Em relação aos valores morais praticados nos Estados Unidos, o autor sustenta a tese de que os americanos

- (A) não estendem ao plano social da política o mesmo rigor com que avaliam a vida privada dos candidatos.
- (B) são menos rigorosos em relação à moralidade familiar do que em relação à vida pública dos cidadãos.
- (C) costumam estabelecer uma rígida fronteira entre os valores da moral privada e os da moral pública.
- (D) revelam-se mais ortodoxos do que os políticos ingleses, que se mostram excessivamente flexíveis quanto à moral da família.
- (E) não primam por critérios rigorosos, seja na avaliação da vida pública, seja na avaliação da vida privada.

13. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) em os melhoramentos que ele tem introduzido na ferramenta humana (1º parágrafo), o termo sublinhado está se referindo ao país Estados Unidos.
- (B) a palavra *desinteresse* (2º parágrafo) alude a certa apatia que os ingleses demonstram numa disputa política.
- (C) a expressão *crueza da publicidade* (2º parágrafo) refere-se à falta de uma fronteira nítida entre a vida pública e a privada.
- (D) o que os franceses chamam de *chantagem* (3º parágrafo) é o fato de a moralidade pública manter estreita vigilância sobre a moral familiar.
- (E) em o terror causado por uma dessas formidáveis denúncias (3º parágrafo) fala-se do impacto que pode causar uma decisão política, entre os americanos.

14. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A aprovação que Joaquim Nabuco manifesta em relação ao estágio da civilização material em que se encontram os Estados Unidos é reforçada quando analisa os traços da vida política americana.
- II. Depreende-se do texto que, para Joaquim Nabuco, é saudável a distinção entre a vida pública e a vida privada, já que os valores de uma podem não ser relevantes para a análise da outra.
- III. O autor está certo de que a falta de uma linha divisória entre a vida pública e a vida privada não favorece a moralização da política americana.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Não (**interessar**) aos americanos, segundo o autor, estabelecer clara linha divisória entre a moral pública e a privada.
- (B) Aos adversários políticos, nas eleições americanas, (**competir**) enfrentar dura troca de acusações no âmbito da vida privada.
- (C) Cada um dos eleitores americanos pautará sua escolha com base nas informações pessoais que lhes (**estender**) a imprensa do país.
- (D) Os mínimos incidentes amorosos da juventude de um candidato podem constituir uma pecha que (**vir**) a afastar os eleitores.
- (E) Na opinião de Joaquim Nabuco, (**constituir**) os Estados Unidos o país em que melhor se pode estudar a civilização material.
-
16. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Muitas das observações de Joaquim Nabuco naqueles idos do século passado até parecem que se constituem verdades plenas para o nosso dia a dia, atualmente.
- (B) O autor não hesita entre estabelecer uma importância maior para o tipo de política que caracteriza os ingleses, em detrimento da praticada pelos americanos.
- (C) Não é difícil imaginar o que diria hoje Joaquim Nabuco a respeito da importância, mais e mais decisiva, que as campanhas publicitárias vêm assumindo nos períodos eleitorais.
- (D) Uma das teses interessantes desse texto se podem notar onde o autor defende a ideia de que nem mesmo a moralidade da vida política é atingida pelo rigor da vida pública.
- (E) A História acabou comprovando a suspeição do autor de que até mesmo um candidato à Presidência não restaria incólume aos ataques provenientes de sua vida pessoal.
-
17. À época de Nabuco, os Estados Unidos despontavam já como um país poderoso, o moralismo desse país representando, no entanto, um entrave para que se promovesse nesse país uma disputa eleitoral em alto nível.
- Evita-se a viciosa repetição de palavras na frase acima substituindo-se, de modo adequado, as expressões sublinhadas, respectivamente, por:
- (A) cujo moralismo representaria – lá se promovesse
- (B) aonde o moralismo representa – ali se promova
- (C) no qual o moralismo representasse – neles se promovam
- (D) em cujo moralismo representa-se – neste se promovesse
- (E) conquanto seu moralismo representa – lá se promova
-
18. É necessário corrigir a **má estruturação** da seguinte frase:
- (A) Não há dúvida de que os Estados Unidos são um país a ser visitado e conhecido por quantos admirem os avanços possibilitados pela industrialização.
- (B) Embora sejam duras, as restrições que faz Joaquim Nabuco a aspectos da vida americana, haja vista as que digam respeito à moralidade pública e privada.
- (C) A comparação da vida americana com uma *torre de Babel bem-sucedida* releva o fato de que a confusão de valores, nos Estados Unidos, não tem obstado o progresso do país.
- (D) Faltariam aos americanos, na opinião de Joaquim Nabuco, o desprendimento e a transparência dos valores que caracterizam a política praticada na Inglaterra.
- (E) O autor do texto demonstra bastante severidade ao avaliar o nível intelectual dos Estados Unidos, sugerindo que seria irrelevante a contribuição desse país para a cultura mundial.
-
19. *O que caracteriza essa luta é a cruza da publicidade a que todos os que entram nela estão expostos.*
- A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) de que – se confrontarão
- (B) pela qual – se sujeitarão
- (C) com a qual – não resistirão
- (D) à qual – estão sujeitos
- (E) de cuja – estão submetidos
-
20. Está correta a flexão de todas as formas verbais em:
- (A) Se não deterem a escalada da censura moralista, os Estados Unidos tornar-se-ão um país cada vez mais problemático em sua falsa ortodoxia de valores.
- (B) Quando todos convirmos em que é necessária uma linha divisória entre a moral pública e a privada, nossos valores terão maior legitimidade.
- (C) Toda promessa hipócrita que advir de uma falsa moralidade deverá ser denunciada pelos eleitores, para que se eleve o nível das campanhas eleitorais.
- (D) Os candidatos sempre se entreteram com os números das campanhas, sem atinar com a qualidade das teses e a possibilidade de cumprimento das promessas.
- (E) Quando revirmos os valores morais que sempre costumamos defender, dar-nos-emos conta de quantos deles não deveriam merecer nosso crédito.

**Controle Externo**

21. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas tem a missão constitucional de fiscalização
- (A) instrumental.
 - (B) social.
 - (C) gerencial.
 - (D) institucional.
 - (E) operacional.
22. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas deve encaminhar o relatório de atividades à Assembleia Legislativa
- (A) mensalmente e anualmente.
 - (B) mensalmente e semestralmente.
 - (C) trimestralmente e anualmente.
 - (D) trimestralmente e semestralmente.
 - (E) mensalmente, trimestralmente e anualmente.
23. A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas verificou a existência de investimentos não autorizados realizados pelo Executivo Estadual, que, depois de notificado, prestou esclarecimentos de forma insuficiente. Nesse caso, a Assembleia Legislativa poderá sustar o pagamento da referida despesa se constar do pronunciamento conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas que
- (A) deve haver o trancamento das contas do Executivo Estadual.
 - (B) a despesa é irregular.
 - (C) as contas do Executivo Estadual são ilíquidáveis.
 - (D) houve dano social, econômico ou ambiental.
 - (E) houve ilícito administrativo e penal.
24. No caso do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, pode ser convocado pela Assembleia Legislativa para prestar informações sobre assuntos previamente determinados
- (A) o Presidente e o Vice-Presidente.
 - (B) qualquer Auditor, no exercício da substituição de Conselheiro.
 - (C) o Conselheiro Corregedor.
 - (D) o Presidente.
 - (E) qualquer Conselheiro.
25. O mandado de segurança contra atos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas deve ser julgado pelo
- (A) Tribunal de Justiça.
 - (B) Juiz de Primeira Instância.
 - (C) Juiz da Vara da Fazenda Pública.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.
26. A tomada de contas poderá ser provocada ex-offício pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
- (A) nos casos de desfalque, desvio de bens e de outras irregularidades de que resulte dano ao erário.
 - (B) no término da gestão, quando esta não coincidir com o exercício financeiro.
 - (C) se houver imputação, pelo Tribunal, de responsabilidade por despesa ilegal, ilegítima ou antieconômica.
 - (D) no caso de processo administrativo em que se apure extravio, perda, subtração ou deterioração de bens ou materiais do Estado.
 - (E) para comprovação de aplicação de adiantamento, quando as contas do responsável pelo mesmo forem impugnadas pelo ordenador de despesa.
27. Um servidor comissionado de um município do Estado do Amazonas, já responsável por um adiantamento, recebeu nesse regime novo numerário em 30/01/2011. A aplicação dos valores do segundo adiantamento ocorreu até 15/03/2011, com a devolução do saldo não utilizado, e a respectiva prestação de contas foi feita em 1º/06/2011. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, quando da fiscalização ordinária, considerou o segundo adiantamento irregular porque
- (A) a concessão de numerário foi realizada a servidor já responsável por outro adiantamento.
 - (B) o prazo de aplicação dos recursos ultrapassou sessenta dias.
 - (C) não houve utilização integral dos valores concedidos em regime de adiantamento.
 - (D) a prestação de contas ocorreu após trinta dias do prazo de aplicação dos recursos.
 - (E) foi concedido numerário em adiantamento a servidor comissionado.
28. A competência de deliberar sobre a realização de inspeções extraordinárias no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas é do
- (A) Tribunal Pleno.
 - (B) Conselheiro Relator.
 - (C) Auditor, quando no exercício da substituição de Conselheiro.
 - (D) Presidente.
 - (E) Conselheiro Corregedor.
29. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, a vista dos autos de exame das despesas de caráter reservado e confidencial poderá ser realizada
- (A) pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.
 - (B) pelo Presidente e pelo Conselheiro Corregedor.
 - (C) por todos os Conselheiros.
 - (D) pelos Procuradores de Contas.
 - (E) pelo Auditor designado para o caso, se houver.
30. Para o funcionamento do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas é indispensável a presença de, no mínimo,
- (A) três Conselheiros.
 - (B) quatro Conselheiros.
 - (C) cinco Conselheiros.
 - (D) seis Conselheiros.
 - (E) sete Conselheiros.



Noções de Direito Constitucional

31. Considerando o direito constitucional brasileiro vigente, é correto afirmar que
- (A) lei complementar federal, ainda que verse sobre matéria constitucional, não revoga a Constituição Federal naquilo que lhe for contrário.
- (B) resolução do Senado Federal versando sobre princípios constitucionais da administração pública revoga a Constituição Federal naquilo que lhe for contrário.
- (C) as Constituições Estaduais podem estabelecer normas de organização política do Estado-membro, afastando a aplicação das disposições da Constituição Federal sobre esse tema naquilo que lhes for contrário.
- (D) é vedada a apresentação de projeto de emenda à Constituição Federal versando sobre matéria já disciplinada em lei federal.
- (E) a Constituição Federal somente poderá ser alterada por emendas constitucionais nos primeiros 25 anos de sua vigência.
-
32. Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, é cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que contrarie
- (A) lei orgânica municipal, devendo ser julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) Constituição Estadual, devendo ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Constituição Estadual, devendo ser julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) lei federal, devendo ser julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) lei federal, devendo ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
-
33. O artigo 18 da Constituição Federal determina que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. É correto extrair dessa norma constitucional, entre outras conclusões, que
- (A) não poderão ser criados novos Estados-membros além dos já previstos na Constituição Federal.
- (B) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi assegurado o exercício das competências legislativas e administrativas atribuídas à União.
- (C) os Municípios estão sujeitos às normas da Constituição Federal, mas não às da Constituição do seu respectivo Estado.
- (D) a criação de territórios federais é vedada.
- (E) os territórios federais não são dotados de autonomia política.
-
34. Presentes os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, é constitucional a edição, pelo Presidente da República, de medida provisória que
- (A) altere normas de direito processual civil.
- (B) aumente a pena prevista para crimes hediondos.
- (C) disponha sobre os requisitos para a criação de partidos políticos.
- (D) disponha sobre matéria tributária não reservada à lei complementar.
- (E) disponha sobre aquisição e perda da nacionalidade.
-
35. Considerando a disciplina constitucional do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que
- (A) o Tribunal de Contas da União não é órgão integrante do Poder Judiciário, em que pese tenha entre as suas atribuições a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta federal.
- (B) é vedado ao Tribunal de Contas da União aplicar sanções aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, uma vez que essa competência é exclusiva dos Juizes Federais em razão do princípio do devido processo legal.
- (C) é inconstitucional, por violação ao princípio da separação de poderes, decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União fixando prazo para que órgão federal adote as providências necessárias ao cumprimento da lei, se verificada ilegalidade de despesa.
- (D) não estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União, os recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, visto que apenas poderão ser fiscalizados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) compete apenas ao Presidente da República e a Juiz Federal sustar a execução de contrato firmado pela Administração Pública federal com ilegalidade de despesa, ouvido o Tribunal de Contas da União.
-
36. Cabe ao Presidente da República, entre outras competências,
- (A) editar decretos para criação de cargos públicos.
- (B) nomear os Ministros do Tribunal de Contas da União, observadas as disposições constitucionais pertinentes.
- (C) suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (D) fiscalizar as contas do Congresso Nacional.
- (E) fiscalizar as contas do Supremo Tribunal Federal.



37. A Constituição Federal estabelece regras para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, dentre as quais está aquela segundo a qual
- (A) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria é vedada, inclusive aos servidores que exerçam atividade de risco.
 - (B) os proventos de aposentadoria não se sujeitam ao limite máximo remuneratório estabelecido pela Constituição Federal.
 - (C) os proventos de aposentadoria serão sempre proporcionais ao tempo de contribuição do servidor.
 - (D) a aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade não se aplica aos servidores que exerçam o magistério no ensino superior.
 - (E) a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência dos servidores públicos é vedada, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis.

38. Considere:

- I. Ato de autoridade que viole a liberdade de locomoção pode ser impugnado judicialmente pela via do mandado de segurança.
- II. O *habeas data* pode ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- III. A ação popular contra ato lesivo ao patrimônio público pode ser ajuizada por estrangeiro residente no país.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

39. A intervenção do Estado-membro em Município é medida excepcionalmente autorizada pela Constituição Federal, que pode ser tomada, entre outras hipóteses, quando
- (A) o Prefeito Municipal for condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em ação civil por improbidade administrativa.
 - (B) o Prefeito Municipal for condenado pela prática de crime de responsabilidade, por decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - (D) houver conflito relevante entre Estado e Município que possa comprometer o equilíbrio federativo.
 - (E) o Tribunal Regional Federal der provimento a representação para prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial.

40. Segundo a Constituição Federal, as empresas e sociedades de economia mista, que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços,
- (A) não se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas no que toca aos direitos e obrigações civis.
 - (B) não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos aos do setor privado.
 - (C) não se sujeitam ao regime próprio das empresas privadas no que toca aos direitos e obrigações trabalhistas.
 - (D) não podem exercer atividades econômicas livres à iniciativa privada.
 - (E) sujeitam-se às regras do direito privado no que toca à contratação de obras, serviços, compras e alienações.

**Noções de Direito Administrativo**

41. A União pretende adquirir imóvel para instalar órgão público, o qual, pelas suas características, necessita ser instalado em local específico. De acordo com a Lei nº 8.666/93,
- (A) poderá dispensar o procedimento licitatório para a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - (B) está autorizada a adquirir o imóvel que considerar adequado à finalidade pretendida, configurando situação de inexigibilidade de licitação.
 - (C) deverá adquirir o imóvel mediante prévio procedimento licitatório, do tipo menor preço, selecionando os imóveis adequados mediante procedimento de pré-qualificação dos alienantes interessados.
 - (D) deverá adquirir o imóvel mediante licitação, na modalidade leilão, do tipo menor preço, admitindo-se lances de viva-voz, com, no mínimo, 3 alienantes selecionados.
 - (E) somente poderá dispensar o procedimento licitatório se, aberta fase de pré-qualificação precedente ao leilão, não ocorrerem ao certame ao menos 3 alienantes interessados.
-
42. A extinção do contrato de concessão de serviços públicos, por caducidade,
- (A) quando decretada em função de reiterado descumprimento de obrigações contratuais, com multas já aplicadas, prescinde de prévio procedimento administrativo.
 - (B) é declarada por decreto do Poder Executivo, precedido, necessariamente, de intervenção, durante a qual será concedido à concessionária prazo para regularização da prestação dos serviços.
 - (C) depende de prévia autorização legislativa, com base nas razões de interesse público para retomada dos serviços.
 - (D) opera-se, automaticamente, com o advento do prazo contratual, salvo na hipótese de prorrogação para assegurar a continuidade do serviço até a assunção pelo poder público ou nova concessionária.
 - (E) deve ser precedida da comunicação à concessionária dos descumprimentos contratuais, dando-lhe prazo para correção das falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.
-
43. Proprietário privado de um bem tombado, integrante do patrimônio histórico nacional, que pretenda alienar o referido bem
- (A) estará impedido de fazê-lo, salvo em se tratando de alienação não onerosa, mediante doação ou sucessão *causa mortis*.
 - (B) deverá levantar previamente o tombamento, mediante a comprovação da inexistência de prejuízo à preservação do bem.
 - (C) deverá assegurar o registro do gravame junto ao Registro de Imóveis e à Secretaria do Patrimônio da União, permanecendo solidariamente responsável, juntamente com o adquirente do bem, por eventuais danos supervenientes.
 - (D) deverá assegurar, em se tratando de alienação onerosa, o direito de preferência à União, aos Estados e ao Município onde se localize o bem, nessa ordem.
 - (E) somente poderá alienar o bem se o tombamento for de natureza provisória, não compulsório, e mediante prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
-
44. As autarquias
- (A) são pessoas jurídicas de direito público, com capacidade de auto-administração, nos limites estabelecidos pela lei, não dotadas de capacidade política.
 - (B) sujeitam-se ao mesmo regime jurídico das pessoas públicas políticas (União, Estados e Municípios), com capacidade de auto-administração e criação do próprio direito.
 - (C) são pessoas jurídicas de direito privado, dotadas de autonomia administrativa e orçamentária em face do princípio da especialidade.
 - (D) sujeitam-se ao regime privado, com especialização institucional e autonomia administrativa, submetidas à tutela do ente instituidor.
 - (E) sujeitam-se ao regime público, não se submetendo ao controle tutelar do ente instituidor em face do princípio da especialidade e da autonomia administrativa.



<p>45. O ato administrativo vinculado</p> <p>(A) pode ser objeto de controle judicial, quanto aos aspectos de legalidade, conveniência e oportunidade.</p> <p>(B) pode ser revogado pela Administração, por razões de conveniência e oportunidade, ressalvados os direitos adquiridos e assegurada a apreciação judicial.</p> <p>(C) possui todos os elementos definidos em lei e pode ser objeto de controle de legalidade pelo Judiciário e pela própria Administração.</p> <p>(D) possui objeto, competência e finalidade definidos em lei, cabendo à Administração a avaliação dos aspectos de conveniência e oportunidade para sua edição.</p> <p>(E) pode ser objeto de controle pelo Poder Judiciário em relação aos elementos definidos em lei, constituindo prerrogativa exclusiva da Administração a sua revogação por razões de conveniência e oportunidade.</p>	<p>48. Autoridade administrativa proferiu decisão que contrariou pretensão de determinado cidadão. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, referido cidadão poderá</p> <p>(A) apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão, o qual será, obrigatoriamente, recebido com efeito suspensivo.</p> <p>(B) interpor recurso perante a autoridade superior àquela que proferiu a decisão, somente sendo conferido efeito suspensivo mediante depósito de caução.</p> <p>(C) apresentar, simultaneamente, pedido de reconsideração à autoridade que proferiu a decisão e recurso à autoridade superior, ambos sem efeito suspensivo.</p> <p>(D) apresentar recurso ao órgão competente, o qual, uma vez indeferido, impede a revisão de ofício do ato.</p> <p>(E) interpor recurso perante o órgão competente, que poderá modificar a decisão recorrida inclusive gerando gravame para o recorrente que, nesse caso, deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.</p>
<p>46. Concorrência é a modalidade licitatória obrigatória para</p> <p>(A) obras e serviços de engenharia com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para contratos de concessão de serviço público.</p> <p>(B) contratos de concessão de serviço público e para obras e serviços de engenharia com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para as situações onde a modalidade cabível seja o convite ou tomada de preços.</p> <p>(C) contratos de concessão de serviço público e facultativa para parcerias público-privadas.</p> <p>(D) contratos de concessão de serviço público e facultativa para alienação de imóveis, independentemente do valor e forma de aquisição destes pela Administração.</p> <p>(E) as alienações de imóveis com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para alienação de imóveis abaixo desse valor, independentemente da forma de aquisição pela Administração.</p>	<p>49. O direito de regresso da Administração em face de agentes públicos que, nessa qualidade, causem danos a terceiros</p> <p>(A) independe de comprovação de dolo ou culpa, dada a sua natureza objetiva.</p> <p>(B) depende da comprovação de conduta dolosa ou de culpa grave, afastada quando configurada responsabilidade objetiva do Estado.</p> <p>(C) depende da comprovação de dolo ou culpa, que, quando inexistente, afasta também a responsabilidade da Administração perante o particular.</p> <p>(D) depende da comprovação da responsabilidade subjetiva do agente, com a caracterização da conduta dolosa ou culposa.</p> <p>(E) prescinde da comprovação do nexo de causalidade, bastando a configuração da falha na prestação do serviço.</p>
<p>47. De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais, a penalidade aplicável e a conduta descrita estão corretamente relacionadas em:</p> <p>(A) Suspensão ao servidor que recursar fé a documentos públicos.</p> <p>(B) Advertência, ao servidor que opuser resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.</p> <p>(C) Advertência ao servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.</p> <p>(D) Suspensão para inassiduidade habitual do servidor.</p> <p>(E) Suspensão para revelação de segredo obtido em razão do cargo.</p>	<p>50. O regime jurídico dos bens públicos determina a</p> <p>(A) impenhorabilidade de bens de empresas públicas e sociedades de economia mista.</p> <p>(B) inalienabilidade dos bens da Administração direta, autarquias e fundações públicas, ainda que dominicais.</p> <p>(C) inalienabilidade de bens de titularidades de administração direta e autárquica, quando afetados ao serviço público.</p> <p>(D) vedação de utilização por particular de bens imóveis de titularidade da Administração direta e autárquica, exceto sob regime de aforamento.</p> <p>(E) possibilidade de utilização por particular de bens imóveis de titularidade da Administração direta e autárquica, mediante permissão, em caráter precário, condicionada à prévia autorização legislativa.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Auditoria Governamental**

51. O auditor externo da empresa Pública S.A. (entidade de economia mista) elaborou a revisão das contingências trabalhistas, cíveis e tributárias constatando a seguinte posição de probabilidades de perdas:

Prováveis	R\$ 100.000,00
Possíveis	R\$ 50.000,00
Remotas	R\$ 30.000,00

Ao examinar as provisões constituídas e notas explicativas e considerando as normas vigentes pertinentes a contingências, para validar as demonstrações contábeis com relação a esses fatos, deverá contar que a empresa

- (A) não reconheceu provisões, visto que empresas públicas e entidades de economia mista não estão sujeitas à contestação judicial.
- (B) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 180.000,00.
- (C) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 150.000,00 e apresentou nota explicativa, evidenciando as contingências remotas no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 100.000,00 e evidenciou, em nota explicativa, o valor de R\$ 50.000,00, relativo às possíveis perdas.
- (E) reconheceu, no passivo, provisões no valor de R\$ 100.000,00 e evidenciou em nota explicativa.
-
52. No processo de governança, o órgão colegiado que tem reconhecido de forma legal a possibilidade de manifestações e posicionamentos de discordância, de forma individual, pelos seus membros é
- (A) o Comitê de Auditoria.
- (B) o Conselho de Administração.
- (C) a Auditoria Externa.
- (D) o Conselho Jurídico.
- (E) o Conselho Fiscal.
-

53. Em relação às condições de impedimento para realização dos trabalhos de auditoria governamental, o auditor, em relação ao ente auditado,
- I. não pode ter vínculo conjugal ou de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau, em linha colateral até o 4º grau e por afinidade até o 3º grau, com administradores, gestores, membros de conselho, assessores, consultores, procuradores, acionistas, diretores, sócios ou com empregados que tenham ingerência na administração ou sejam responsáveis pela contabilidade, finanças ou demais áreas de decisão.
- II. está impedido de manter relação de trabalho como servidor estatutário, contratado, empregado, administrador, diretor, membro de conselho, comissionado, função temporária, consultor ou colaborador assalariado, ainda que esta relação seja indireta, nos cinco últimos anos.
- III. pode ter litígio com a entidade auditada, desde que não avalie a área de contingências da entidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
-
54. O auditor externo da empresa Padrão S.A. efetuou o mapeamento da rotina de contratos, no departamento jurídico, avaliando desde a entrada das minutas dos contratos até a emissão e validação do contrato final. Avaliando esta situação e considerando as técnicas de identificação de eventos proposta pelo COSO – (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), pode-se classificar essa técnica como
- (A) análise de fluxo de processo.
- (B) indicadores preventivos de eventos.
- (C) metodologia de dados sobre eventos.
- (D) análise interna.
- (E) verificação de causa e efeito.



55. Em relação ao trabalho de Auditoria, é correto afirmar que a informação
- (A) fidedigna é aquela que se pode obter por meios legais, mas que permite a evidenciação da verdade factual e que evidencie, por qualquer documento suporte, o evento.
 - (B) material está relacionada à importância qualitativa da área a ser examinada em relação à demonstração a ser apresentada.
 - (C) útil é aquela obtida para auxiliar o profissional de auditoria governamental no alcance de suas conclusões e que também colabora com os gestores, administradores e responsáveis públicos no atingimento de suas metas e objetivos.
 - (D) suficiente consiste na existência de dados disponíveis para conduzir o auditor a uma interpretação dos fatos que o induzam a uma conclusão.
 - (E) relevante é aquela que se correlaciona com a análise de contratos ou demonstrações com expressividades quantitativas e que geram impacto considerável nas finanças públicas.

Administração Financeira e Orçamentária

56. Em relação ao Orçamento Público no Brasil, considere:
- I. As receitas e despesas de uma autarquia municipal devem constar na Lei Orçamentária Anual do governo municipal a que está subordinada.
 - II. O Poder Judiciário Estadual poderá propor e aprovar emendas ao orçamento, desde que compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - III. O Poder Executivo Estadual poderá iniciar a construção de uma estrada, cuja execução ocorrerá em dois exercícios financeiros, mesmo que tal obra não esteja inclusa no Plano Plurianual ou em lei que autorize a inclusão.
 - IV. A receita relativa ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS deve constar na Lei Orçamentária dos governos estaduais pelo seu valor total, sendo vedada a dedução da parcela a ser transferida para os municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
-
57. Sobre as receitas públicas é correto afirmar que
- (A) os depósitos caução são fontes de recursos que devem constar na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) a obtenção de um empréstimo, para amortização em prazo superior a doze meses, dá origem a uma receita extraorçamentária.
 - (C) o valor dos encargos financeiros das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária é uma receita extraorçamentária.
 - (D) as receitas provenientes de multas e juros sobre tributos e de taxas pelo exercício do poder de polícia são classificadas como receitas correntes.
 - (E) as receitas provenientes de aluguel de imóveis pertencentes ao ente público e da amortização de empréstimos concedidos são classificadas como receitas de capital.

-
58. A despesa com o serviço da dívida fundada externa deve ser classificada na função

- (A) Encargos Especiais.
- (B) Administração.
- (C) Despesas de Capital.
- (D) Refinanciamento da Dívida Externa.
- (E) Juros e Encargos da Dívida.



59. Sobre as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:

- I. O valor das parcelas das receitas tributárias entregues aos municípios pelos estados por determinação constitucional será deduzido do cálculo da receita corrente líquida dos estados.
- II. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- III. A despesa total com pessoal dos municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder 54% da receita corrente líquida.
- IV. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e só poderá ser realizada a partir do quinto dia útil do início do exercício.
- V. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.

60. Em 31/12/X1, após a apuração do resultado patrimonial do exercício financeiro e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a prefeitura do município de ABC apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos:

CONTAS	Valores em reais SALDO
Amortização Acumulada (referente ao ativo intangível).....	15.000,00
Bens Imóveis.....	240.000,00
Bens Móveis.....	100.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.500,00
Créditos a Curto Prazo (valores a receber).....	136.000,00
Créditos a Longo Prazo (valores a receber).....	17.000,00
Demais Obrigações a Curto Prazo.....	8.200,00
Depreciação Acumulada (referente ao ativo imobilizado)	40.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	118.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.....	320.000,00
Estoques (realizáveis a curto prazo).....	22.200,00
Fornecedores a Longo Prazo.....	6.400,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	20.000,00
Investimentos e Aplicações Temporárias (Curto prazo).....	37.000,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo.....	50.000,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	5.000,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	90.000,00
Participações Permanentes	58.000,00
Patrimônio Social e Capital Social	51.100,00
Provisões a Longo Prazo	94.000,00
Softwares.....	80.000,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente (curto prazo).....	6.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que, no Balanço Patrimonial de 31/12/X1,

- (A) o ativo total é R\$ 762.700,00.
- (B) o ativo circulante é R\$ 206.700,00.
- (C) o passivo não circulante é R\$ 326.400,00.
- (D) a situação patrimonial líquida é negativa.
- (E) o ativo não circulante é R\$ 495.000,00.



**Sistema de Computação/Banco de Dados
Engenharia e Desenvolvimento de Software
Gestão de Tecnologia da Informação**

61. Um dos fundamentos da computação é a utilização de diferentes bases na aritmética computacional. Dentre tais bases se destacam os sistemas hexadecimal e binário. O valor decimal 9, adicionado de 1, e o valor decimal 1, adicionado de 1, são representados em hexadecimal e binário, respectivamente, por:
- (A) A e 10
(B) 10 e 2
(C) A e 2
(D) 10 e A
(E) 10 e 10
62. Uma instrução de comparação de valores em uma linguagem de programação, como por exemplo, a comparação do valor booleano verdadeiro ou falso, exige que seja avaliado um ou mais *bits* presentes em uma célula de memória. O componente do computador responsável por avaliar o conteúdo desta célula de memória para esta operação é chamado de
- (A) memória secundária.
(B) memória principal.
(C) CPU.
(D) registrador.
(E) barramento de memória.
63. Uma informação armazenada em um computador digital, seja em sua memória principal ou na memória secundária, é um valor binário. Para que este valor possua algum sentido para o ser humano, foram criadas tabelas para representar ou associar os valores binários com valores tangíveis, como a letra A ou o símbolo @. Uma tabela largamente utilizada para este fim é chamada de tabela
- (A) UDF8.
(B) EBCDIK.
(C) FAT.
(D) UMICODE.
(E) ASCII.
64. Uma das características fundamentais de um processador com arquitetura CISC é que
- (A) todas as instruções têm tamanho fixo e podem ser executadas em múltiplos ciclos de processamento.
(B) possui instruções complexas que operam diretamente a memória para a carga ou armazenamento de valores.
(C) todas as instruções têm tamanho fixo e devem ser executadas em um único ciclo de processamento.
(D) as instruções possuem tamanho variável, porém todas devem ser executadas em um único ciclo de processamento.
(E) o código fonte (*assembly*) tem a tendência de ser maior devido à complexidade das instruções.
65. Uma das características dos sistemas operacionais *Windows* é a possibilidade de se criar, no mesmo diretório, vários
- (A) diretórios com o mesmo nome, porém com permissões de acesso diferentes.
(B) arquivos com o mesmo nome e extensão, porém com permissões de acesso diferentes.
(C) diretórios com o mesmo nome, porém com diferenciação de letras maiúsculas e minúsculas na composição dos nomes.
(D) arquivos com o mesmo nome, porém com extensões diferentes.
(E) arquivos e diretórios com o mesmo nome, ainda que possuam a mesma extensão.
66. Nos sistemas operacionais *Linux*, a alteração da informação de propriedade de um arquivo para um determinado grupo ou usuário é possível por meio do utilitário
- (A) *chkdir*.
(B) *chattr*.
(C) *yacc*.
(D) *lex*.
(E) *chown*.
67. Os sistemas operacionais *Linux* e *Windows* possuem utilitários de linha de comando que podem ser utilizados para renomear um diretório. Os nomes dos utilitários utilizados para este propósito no *Windows* e no *Linux* são, respectivamente,
- (A) *ren* e *mv*.
(B) *rm* e *ren*.
(C) *move* e *ren*.
(D) *chdir* e *cp*.
(E) *move* e *ls*.
68. Nos sistemas operacionais *Linux*, o utilitário *chmod* pode ser utilizado para a alteração das permissões de acesso de um arquivo ou diretório. Este utilitário NÃO poderá alterar as permissões de um
- (A) arquivo ou diretório iniciado com ponto, como por exemplo **“.local”**.
(B) arquivo de sistema.
(C) *link* simbólico.
(D) grupo de arquivos e diretórios de forma recursiva.
(E) diretório de sistema.



69. No sistema operacional *Windows 7*, é possível utilizar um recurso chamado grupo doméstico. Sobre grupos domésticos, considere:

- I. Um grupo doméstico é um conjunto de computadores em uma rede doméstica, os quais podem compartilhar arquivos e também impressoras.
- II. É possível compartilhar imagens, músicas, vídeos e documentos com outras pessoas do grupo doméstico. Diferentemente de outros tipos de rede, não existe um meio de permitir que os usuários do grupo doméstico efetuem alterações nos arquivos compartilhados, tornando este um recurso limitado, porém seguro.
- III. Qualquer versão do *Windows 7* permite tanto a criação quanto a utilização de grupos domésticos. Neste tipo de rede é possível a utilização de senhas para a proteção da visualização dos arquivos, como também é possível selecionar quais arquivos ou pastas serão compartilhados.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

70. Nos sistemas operacionais *Linux*, o utilitário *passwd* é utilizado para o controle de senhas dos usuários. Um dos argumentos que pode ser utilizado, configura o número máximo de dias que uma senha irá se manter válida, sendo que após este período ela terá que ser alterada. O argumento em questão é

- (A) -m.
- (B) -x.
- (C) -v.
- (D) -c.
- (E) -f.

71. Em relação a bancos de dados, uma chave primária pode ser formada por uma ou mais colunas e deve possuir um identificador único para

- (A) cada uma das colunas pertencente a essa chave.
- (B) cada coluna da tabela.
- (C) uma tupla (formada por linhas e colunas).
- (D) todos os registros da tabela.
- (E) cada linha da tabela.

72. Sobre os fundamentos arquiteturais do banco de dados *PostgreSQL*, considere:

- I. Utiliza um modelo cliente/servidor, consistindo de um processo servidor que gerencia os arquivos do banco de dados, controla as conexões dos clientes ao banco dados e efetua ações no banco de dados em favor dos clientes.
- II. A aplicação cliente, que irá efetuar as operações no banco de dados, poderá ser de diversas naturezas, como uma ferramenta em modo texto, uma aplicação gráfica, um servidor *web* que acessa o banco de dados para exibir as páginas ou uma ferramenta de manutenção especializada.
- III. A aplicação cliente pode estar localizada em uma máquina diferente da máquina em que o servidor está instalado. Neste caso, a comunicação entre ambos é efetuada por uma conexão TCP/IP. O servidor pode aceitar diferentes conexões dos clientes ao mesmo tempo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

73. O modelo conceitual de dados

- (A) é aquele em que os objetos, suas características e relacionamentos têm a representação de acordo com as regras de implementação e limitantes impostos por algum tipo de tecnologia.
- (B) é aquele em que os objetos, suas características e relacionamentos têm a representação fiel ao ambiente observado, independente de limitações quaisquer impostas por tecnologias, técnicas de implementação ou dispositivos físicos.
- (C) é aquele elaborado respeitando-se e implementando-se conceitos tais como chaves de acesso, controle de chaves duplicadas, itens de repetição (*arrays*), normalização, ponteiros e integridade referencial, entre outros.
- (D) é a fase da modelagem na qual é necessário considerar todas as particularidades de implementação, principalmente o modelo que será utilizado para a implementação futura.
- (E) está sempre associado às fases de projeto, contrastando com o modelo lógico, que sempre está associado à fase de análise, quando utilizado com as metodologias de desenvolvimento de sistemas e implementado por ferramentas CASE.



<p>74. Em um modelo de entidade relacionamento, uma entidade é dita fraca quando é verificada, entre uma entidade A e uma entidade B, a</p> <p>(A) presença de relacionamento de objetos do mesmo tipo.</p> <p>(B) existência de grupo de atributos nominativos que englobam os atributos de ambas as entidades.</p> <p>(C) ausência de representação das características intrínsecas dos objetos por elas representados.</p> <p>(D) existência de atributos referenciais no modelo conceitual.</p> <p>(E) dependência da existência entre elas ou a dependência de um identificador.</p>	<p>77. Após a execução dos seguintes comandos em linguagem SQL:</p> <pre>CREATE TABLE Carros (INT Código PRIMARY KEY, TEXT Modelo); INSERT INTO Carros VALUES (NULL, "Alfa Romeo"); INSERT INTO Carros VALUES (5000, "Mazda"); SELECT COUNT(*) FROM Carros;</pre> <p>Será retornado o valor</p> <p>(A) NULL.</p> <p>(B) 1.</p> <p>(C) 0.</p> <p>(D) 2.</p> <p>(E) 5000.</p>
<p>75. Em modelos de entidade e relacionamentos (ER), os relacionamentos independentes são</p> <p>(A) uma forma de representação em que não existe nenhum tipo de opcionalidade quanto à participação de elementos nas associações.</p> <p>(B) uma forma de representação gráfica, em que um ou outro elemento permite a ausência de associações.</p> <p>(C) caracterizados por agrupar todo e qualquer relacionamento que possa vir a ser estabelecido sem que haja necessidade de avaliação simultânea de outro relacionamento.</p> <p>(D) aqueles que, tendo dependências uns com os outros, impõem o estabelecimento simultâneo de associações entre os vários elementos envolvidos.</p> <p>(E) caracterizados por serem mutuamente exclusivos, portanto, se a associação for estabelecida através de um dos relacionamentos, não poderá ser estabelecida pelos demais.</p>	<p>78. Em ferramentas OLAP, a estrutura de dados que agrega as medidas por níveis e hierarquias de cada uma das dimensões a serem analisadas, combinando várias dimensões, tais como tempo, geografia e linhas de produtos, com dados resumidos, tais como números de vendas ou de inventário, é visualizada na forma de</p> <p>(A) um gráfico multidimensional.</p> <p>(B) uma esfera.</p> <p>(C) uma planilha.</p> <p>(D) um cubo.</p> <p>(E) uma pirâmide tridimensional.</p>
<p>76. Considere o seguinte fragmento de linguagem SQL:</p> <pre>CREATE TABLE Carros (INT Código PRIMARY KEY, TEXT Modelo); INSERT INTO Carros VALUES (NULL, "Alfa Romeo");</pre> <p>Após a execução da primeira linha do código acima, ao ser executado o código presente na segunda linha, será</p> <p>(A) inserida uma nova linha na coluna Modelo.</p> <p>(B) inserida uma nova linha na tabela Carros.</p> <p>(C) inserida uma nova coluna na linha Carros.</p> <p>(D) inserida uma nova coluna na linha Modelo.</p> <p>(E) exibida uma mensagem de erro, pois a coluna Código não pode conter um valor indeterminado (NULL).</p>	<p>79. Em <i>PostgreSQL</i>, a função que converte a primeira letra da <i>string</i> informada em letra maiúscula, alterando todas as letras subsequentes dessa <i>string</i> para minúsculas se chama</p> <p>(A) <i>chgstr</i>.</p> <p>(B) <i>altertext</i>.</p> <p>(C) <i>initcap</i>.</p> <p>(D) <i>upper</i>.</p> <p>(E) <i>toupper</i>.</p> <p>80. No <i>Microsoft SQL Server</i>, a função que retorna, em caso de sucesso, a posição da primeira ocorrência de uma <i>substring</i> em uma determinada <i>string</i>, se chama</p> <p>(A) PATINDEX.</p> <p>(B) POSITION.</p> <p>(C) SUBSTR.</p> <p>(D) INDEXOF.</p> <p>(E) STRPOS.</p>



81. Considere o excerto a seguir:

A engenharia de *software* pode ser considerada uma tecnologia, com métodos e ferramentas próprios, estruturada em camadas, do ponto de vista sistêmico. A abordagem sistêmica da engenharia de *software* deve se apoiar num compromisso organizacional com a qualidade que leve à cultura de um processo contínuo de aperfeiçoamento, e é essa cultura que, em última análise, leva ao desenvolvimento de abordagens cada vez mais efetivas. A camada de base em que a engenharia de *software* se apoia é I e o “adesivo” que mantém unidas as camadas, estruturadas segundo a visão sistêmica, é o II.

As lacunas I e II devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) o foco na qualidade - processo
- (B) o uso de ferramentas - controle de qualidade
- (C) o controle de qualidade - método
- (D) o controle de requisitos - projeto
- (E) a qualidade de processo - método

82. A gestão de requisitos é um conjunto de atividades que tem como principal objetivo ajudar a equipe de projeto a

- (A) utilizar ferramentas de engenharia de *software* para modelar os requisitos do sistema, através da UML.
- (B) identificar, controlar e rastrear requisitos e modificações de requisitos em qualquer época, à medida que o projeto prossegue.
- (C) construir um modelo técnico refinado de funções, características e restrições do *software*.
- (D) negociar com os clientes os conflitos de prioridade de requisitos e identificar e analisar os riscos associados a cada requisito.
- (E) avaliar os requisitos quanto à qualidade, garantindo que ambiguidades, inconsistências, omissões e erros tenham sido detectados e corrigidos.

83. Sobre a BPMN, é correto afirmar:

- (A) No BPMN, o andamento do processo deve ocorrer juntamente com o preenchimento de um formulário eletrônico, em que cada pessoa participante do processo deve fornecer determinadas informações.
- (B) É uma ferramenta utilizada para gerar diagramas da UML usando maneiras e lógicas diferentes. Apesar de útil, muitas vezes não é adotada pelas empresas por não oferecer um padrão de modelagem.
- (C) É um *software* responsável pela automação do gerenciamento de processos de negócio. Garante a simulação, a execução, o controle e a otimização de processos.
- (D) Em uma empresa é necessário ter BPMN para se realizar o gerenciamento de processos de negócio, pois implantar tal gerenciamento requer o uso de ferramentas capazes de trabalhar em um nível de abstração possível apenas por meio do uso de *software*.
- (E) Trata-se de uma notação padrão para o desenho de fluxogramas em processos de negócios. Na prática, trata-se de um conjunto de regras e convenções que determinam como os fluxogramas devem ser desenhados.

84. Sobre teste de *software* considere:

- I. Uma estratégia de teste que é escolhida por grande parte das equipes de *software* adota uma visão incremental do teste, começando com o teste de unidades individuais de programa, avançando para testes projetados a fim de facilitar a integração das unidades e culmina com testes que exercitam o sistema construído.
- II. O teste de unidade focaliza o esforço de verificação na menor unidade de projeto do *software* – o componente ou módulo de *software*. Usando a descrição de projeto no nível de componente como guia, caminhos de controle importantes são testados para descobrir erros dentro dos limites do módulo.
- III. O teste de unidade é normalmente considerado um apêndice ao passo de codificação. O projeto de teste de unidade pode ser realizado antes que o código seja iniciado ou depois de o código-fonte ter sido gerado.
- IV. O teste de integração é uma técnica sistemática para construir a arquitetura do *software* enquanto, ao mesmo tempo, conduz testes para descobrir erros associados às interfaces. O objetivo é, a partir de componentes testados no nível de unidade, construir uma estrutura de programa determinada pelo projeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

85. Sobre a orientação a objeto é correto afirmar:

- (A) Herança permite o reaproveitamento de atributos e métodos, porém, isso não altera o tempo de desenvolvimento, não diminui o número de linhas de código e não facilita futuras manutenções.
- (B) Em uma aplicação que utiliza herança múltipla, uma superclasse deve herdar atributos e métodos de diversas subclasses. Todas as linguagens de programação orientadas a objeto permitem herança múltipla.
- (C) O polimorfismo associado à herança trabalha com a redeclaração de métodos previamente herdados por uma classe. Esses métodos, embora semelhantes, diferem de alguma forma da implementação utilizada na superclasse, sendo necessário, portanto, reimplementá-los na subclasse.
- (D) A visibilidade protegida é representada pelo símbolo til (~) e significa que somente os objetos da classe detentora do atributo ou método poderão enxergá-lo ou utilizá-lo.
- (E) Em uma relação de herança é possível criar classes gerais, com características compartilhadas por muitas classes. Essas classes não podem possuir diferenças.



86. Considere o código Java a seguir:

```
import javax.swing.JOptionPane;
public class Classe1 {
    public static void main(String[] args) {
        int n, c, r, s;
        n = Integer.parseInt(JOptionPane.showInputDialog(null,
"Digite um valor inteiro:"));
        r = 0;
        s = -1;
        for (c=1;c<=n; c++){
            if (c % 2 == 0) {
                r = r + c * s;
            } else {
                r = r + c;
            }
        }
        JOptionPane.showMessageDialog(null, r);
    }
}
```

Se o valor digitado e armazenado na variável *n* for 10, será exibido na tela o valor

- (A) 8
- (B) 3
- (C) 12
- (D) -5
- (E) 6

87. Em *JavaScript*, um objeto *Array* é usado para armazenar vários valores em uma única variável. Sobre a criação de objetos *Array* em *JavaScript*, considere:

- I. `var nomes=new Array();`
`nomes[0]="Ana";`
`nomes[1]="Pedro";`
`nomes[2]="Jorge";`
- II. `var nomes=new Array("Ana","Pedro","Jorge");`
- III. `var nomes= ["Ana","Pedro","Jorge"];`
- IV. `String nomes[3]= new String["Ana","Pedro","Jorge"];`

Uma forma correta de criar um objeto *Array* chamado *nomes* que armazena o nome de três pessoas, pode ser encontrada em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, apenas.

88. Considere o documento XML bem formatado a seguir:

```
<?xml version='1.0' encoding='UTF-8' ?>
<!DOCTYPE loja[
<!ELEMENT loja (entrega+,produto+)>
<!ELEMENT entrega (tempo+)>
<!ATTLIST entrega codigoEntrega ID #REQUIRED>
<!ELEMENT produto (#PCDATA)>
<!ATTLIST produto tipoEntrega IDREF #IMPLIED>
<!ELEMENT tempo (#PCDATA)>
]>
<loja>
  <entrega codigoEntrega="motoboy">
    <tempo>2 dias</tempo>
  </entrega>
  <entrega codigoEntrega="correios">
    <tempo>1 dia</tempo>
  </entrega>
  <produto tipoEntrega="correios">Impressora</produto>
</loja>
```

Sobre o documento apresentado, é correto afirmar:

- (A) O atributo *tipoEntrega* é obrigatório nos elementos *produto*.
- (B) O sinal de mais (+) na descrição dos elementos *entrega*, *produto* e *tempo* indica que poderá haver no documento nenhuma ou muitas ocorrências desses elementos.
- (C) Se um novo elemento *produto* for inserido, ele deverá ter como conteúdo do atributo *tipoEntrega* o valor *motoboy* ou *correios*.
- (D) Não é válido, pois há mais de uma ocorrência do elemento *entrega*.
- (E) O atributo *codigoEntrega* é obrigatório, porém, poderá estar vazio.

89. Sobre o *Struts* é correto afirmar:

- (A) Inicia a classe *action* e preenche as propriedades de *action* com entradas de usuário. Se não for especificada uma classe *action*, nenhuma classe *action* será instanciada e, por esse motivo, a aplicação irá falhar.
- (B) Em uma aplicação que usa *Struts* é obrigatório escrever um controlador (*controller*) e as lógicas de negócio nas classes *action*.
- (C) Todas as aplicações *Struts* terão um arquivo de configuração chamado *struts-conf.xml* e um arquivo *struts.properties*.
- (D) Fornece um *filter dispatcher* que não precisa ser escrito pelo desenvolvedor. Para usá-lo basta registrá-lo no *deployment descriptor*, por exemplo, quando o servidor utilizado for o *Tomcat*.
- (E) Possui *custom tags*, conversão de dados e suporte a AJAX, entretanto, não possui suporte para internacionalização.



90. Considere o excerto a seguir:

Em uma aplicação que utiliza Hibernate, uma ^I representa uma determinada configuração de repositório de dados (*data-store*) lógicos. A ^{II} tem o mesmo papel em uma aplicação JPA, e configura-se uma ^{III} com arquivos de configuração ou em código da aplicação assim como se configuraria uma ^{IV} A configuração de uma ^V, junto com um conjunto de metadados de mapeamento (normalmente classes anotadas), é chamada de ^{VI}

As lacunas I, II, III, IV, V e VI devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) Java Transaction API - EntityManager - EntityManagerFactory - EntityTransaction - Java Transaction API - *persistence unit*.
- (B) EntityManager - EntityManager - EntityManagerFactory - EntityTransaction - SessionFactory - *driver*.
- (C) Connection - DriverManager - DriverManager - Connection - Connection - *statement*.
- (D) EntityTransaction - Connection - Connection - SessionFactory - Java Transaction API - *persistence unit*.
- (E) SessionFactory - EntityManagerFactory - EntityManagerFactory - SessionFactory - EntityManagerFactory - unidade de persistência.

91. O domínio Monitoração e Avaliação do COBIT visa, entre outras coisas, assegurar a qualidade dos processos de TI. Dentre os processos desse domínio estão: Monitorar e Avaliar o desempenho da TI, Monitorar e Avaliar os controles internos, Fornecer governança para a TI e

- (A) Definir a organização da TI, os seus processos e relacionamentos.
- (B) Assegurar conformidade com requisitos externos.
- (C) Viabilizar operação e utilização.
- (D) Definir um plano estratégico para a TI.
- (E) Gerenciar o desempenho e capacidade.

92. Os 5 ciclos de vida do ITIL V3 são:

- (A) *Service Level Management, Capacity Management, Availability Management, Service Continuity Management e Financial Management for IT Services.*
- (B) *Business Perspective, Service Strategy, Service Design, Service Delivery e Service Support.*
- (C) *Service Desk, Incident Management, Problem Management, Change Management e Configuration Management.*
- (D) *Business Perspective, Planning to Implement Service Management, Security Management, Application Management e ICT Infrastructure Management.*
- (E) *Service Strategy, Service Design, Service Transition, Service Operations e Continual Service Improvement.*

93. O livro Entrega de Serviços do ITIL V2 possui dentre seus processos o Gerenciamento de Nível de Serviço. Os objetivos desse processo são:

- (A) Entender os requerimentos de disponibilidade do negócio, planejar, medir, monitorar e melhorar continuamente a disponibilidade dos serviços de TI e garantir que os serviços de TI foram desenhados para entregar os níveis de disponibilidade exigidos pelo negócio.
- (B) Entender os requerimentos do negócio, a operação da organização e a infraestrutura de TI e garantir que a capacidade e performance atuais e futuras estão sendo providas a um custo efetivo.
- (C) Manter e prover a qualidade do serviço de TI através de um ciclo constante de acordos, monitoramento e relatórios sobre o andamento dos serviços de TI e tomar ações para erradicar serviços sem qualidade.
- (D) Suportar o Gerenciamento de Continuidade do Negócio e garantir que os serviços e recursos de TI possam ser recuperados dentro dos níveis requeridos e acordados pelo negócio.
- (E) Auxiliar a tomada de decisões de investimentos de TI provendo informações justificadas dos serviços para prover os serviços de TI a um custo aceitável e ser capaz de contabilizar os gastos dos serviços de TI e alocar esses custos aos serviços entregues aos clientes.

94. Um nível de maturidade consiste em práticas específicas e genéricas para uma área de processo, que podem levar a melhorias nos processos organizacionais. Na representação do CMMI por estágios, existem diversos níveis de maturidade. Em um desses níveis os processos são continuamente melhorados com base em um entendimento quantitativo das causas comuns de alterações de desempenho. A melhoria contínua é obtida com inovações e melhor uso de tecnologias. Objetivos quantitativos de melhoria de processos são estabelecidos, continuamente revisados de acordo com os negócios da organização e usados como critério no gerenciamento. Os efeitos da implantação da melhoria de processos são medidos e avaliados. A melhoria de processos é uma tarefa de todos, não apenas uma ordem específica dos níveis hierárquicos mais altos. Desta forma, é possível que seja criado um ciclo de melhoria contínua dos processos, evitando-se acomodação.

O nível de processo descrito acima é o

- (A) 6 (de alta performance).
- (B) 4 (gerenciado quantitativamente).
- (C) 3 (definido).
- (D) 5 (otimizado).
- (E) 2 (gerenciado).

95. Os cinco grupos de processos descritos pelo PMBOK *Guide* que são utilizados para organizar e descrever a realização do projeto são:

- (A) Análise, Programação, Teste, Implementação e Monitoramento.
- (B) Levantamento e Classificação de Requisitos, Desenho, Programação, Teste e Implementação.
- (C) Levantamento de Requisitos, Projeto, Design, Implementação e Teste.
- (D) Planejamento, Organização, Projeto, Implementação e Acompanhamento.
- (E) Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle e Encerramento.



96. No PMBOK, os processos Coletar Requisitos e Criar a EAP fazem parte da Área de Conhecimento em Gerenciamento
- (A) do Escopo do Projeto.
 - (B) de Integração do Projeto.
 - (C) de Controle do Projeto.
 - (D) dos Riscos do Projeto.
 - (E) dos Custos do Projeto.
-
97. No PMBOK, o processo de Desenvolver o Cronograma é o cerne do grupo de processos de Planejamento. Existem várias ferramentas e técnicas para desenvolver o cronograma do projeto. Duas dessas técnicas são semelhantes e permitem calcular a duração do projeto. A primeira usa a duração mais provável, enquanto a segunda usa o que se chama de valor esperado (ou média ponderada). Trata-se das técnicas
- (A) *Critical Path Method (CPM)* e *Technical Calculation Weighted Average (TCWA)*.
 - (B) *Network Critical Paths (NCP)* e *Technical Calculation Weighted Average (TCWA)*.
 - (C) *Calculation of Core Activities (CCA)* e *Network Critical Paths (NCP)*.
 - (D) *Critical Path Method (CPM)* e *Program Evaluation and Review Technique (PERT)*.
 - (E) *Program Evaluation and Review Technique (PERT)* e *Network Critical Paths (NCP)*.
-
98. Sobre COBIT, PMBOK e ITIL, considere:
- I. São modelos exclusivos que funcionam melhor quando utilizados separadamente.
 - II. O PMBOK auxilia os profissionais de projetos a gerenciarem os programas e projetos da empresa com qualidade.
 - III. O COBIT estabelece objetivos de controle que servem como base para medir a maturidade e conformidade da TI com o negócio.
 - IV. O principal objetivo das práticas do ITIL é garantir o sucesso da entrega de produtos e serviços de TI, a partir da perspectiva das necessidades do negócio.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I, apenas.
-
99. Sobre a gestão estratégica de TI e o alinhamento estratégico entre TI e negócios, é correto afirmar:
- (A) A atuação da TI tornou-se mais que um processo de suporte, gerando valor à estrutura de negócio das organizações, entretanto, seus recursos ainda não são utilizados para auxiliar a tomada de decisões alinhada ao planejamento estratégico, por não fornecerem dados confiáveis.
 - (B) A Governança de TI em todas as organizações prevê controles, indicadores e aponta tendências que auxiliam as corporações a ter uma visão global do universo que envolve a TI, incluindo suas capacidades, limitações, interdependências e, principalmente, como gera valor para as corporações.
 - (C) A gestão efetiva e eficaz de TI deve envolver o seu alinhamento ao negócio, o processo de tomada de decisão acerca de prioridades e da alocação de recursos, os mecanismos para a gestão estratégica de TI e as operações de serviços de TI.
 - (D) A Governança de TI se restringe à implantação de melhores práticas como COBIT e ITIL e de ferramentas que se propõem a resolver os problemas da organização. O uso dessas práticas e ferramentas resolvem as questões sobre como alinhar a TI ao negócio e envolvem os executivos de negócio nas decisões relativas à TI.
 - (E) A Governança de TI deve garantir o alinhamento da TI ao negócio, tanto no que diz respeito às aplicações como à infraestrutura de serviços, e garantir o alinhamento da TI a marcos de regulação externos. Não é responsabilidade da Governança de TI, porém, garantir a continuidade do negócio contra interrupções e falhas.
-
100. Sobre *outsourcing* de TI, considere:
- I. Estratégia de *outsourcing* é o *portfolio* de planos de ação de *sourcing* que, especificamente, mostra onde a empresa está e onde necessita estar dentro de um período, em relação à provisão de serviços, aos serviços que serão providos interna e externamente, às localidades onde serão fornecidos e à quantidade de mudanças que serão necessárias.
 - II. A definição de uma estratégia de *outsourcing* pode se basear nos modelos de *outsourcing* de TI *The eSourcing Capability Model for Service Providers (eSCM-SP)* e *The eSourcing Capability Model for Client Organizations (eSCM-CL)*.
 - III. Alguns dos fatores que levam uma empresa a terceirizar a TI são: necessidade de focar no negócio principal, aumento da complexidade da TI (que exige novos especialistas), aumento do custo interno da TI (que precisa ser reduzido) e aumento dos riscos (nesse caso, é preferível transferi-los).
 - IV. Em alguns casos, a empresa decide por terceirizar tudo, às vezes com mais de um fornecedor. Há outros casos em que, em função da distribuição geográfica da empresa, serviços locais similares aos de outras localidades são operados por fornecedores distintos. Dependendo da extensão da terceirização, a organização de TI, sua estrutura e as competências necessárias podem ser alteradas.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I e III, apenas.